

TECENDO AS TRINCHEIRAS DA PATERNIDADE NA ESCOLARIZAÇÃO DO FILHO ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA

Lucielma Moreira da Silva¹

RESUMO

Ao vertiginoso ritmo de mudança na cultura e da sociedade contemporânea, pode-se verificar atualmente um descompasso que afeta as relações nas tarefas educativas. Com isso, a esfera social tem se reportado com frequência a mediação da família, visando encontrar as condições para o efetivo desenvolvimento educativo dos adolescentes com deficiência no âmbito escolar. Nesse viés, a relação pai- filho vem ganhando um olhar cuidadoso, pois o pai assumiu por muito tempo, uma postura invisível ou acomodada na função educativa do filho. Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo identificar as razões por quais os pais de Jovens com deficiência têm pouca ou nenhuma aproximação, em participar da vida acadêmica de seu filho adolescente, focalizando o contexto educativo de interação e responsabilidade na perspectiva da inclusão. As teorias de Donati (2008), Bronfenbrenner (2012), Lamb (2010), Buscaglia (2006) entre outros, contribuem como base para conhecer este processo de repensar as nossas relações humanas, na qual muitas vezes são marcadas na nossa sociedade atual, por relações castradoras de reconhecimento da diferença e potencialidades do outro na própria família. Os principais resultados revelam a necessidade de promoção na perspectiva da interação inclusiva entre a figura paterna, a escola e o filho adolescente. Tendo o pai como elemento importante na socialização primária e nas relações simbólicas de cuidado e reconhecimento do outro.

Palavras- chave: Paternidade. Adolescência. Inclusão. Escolarização

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, no Brasil, tem-se percebido o aumento do número de alunos com algum tipo de Deficiência matriculados na escola regular, e ao mesmo tempo uma redução do número de matrículas em escolas especializadas. Esse cenário é reflexo de uma política nacional em prol da inclusão desses indivíduos e de estudos na área que comprovam os benefícios da inclusão. Entretanto, apesar dos avanços percebidos em relação ao processo inclusivo, observam-se no cotidiano escolar, posicionamentos diversos e, por vezes contraditórios da família

¹ Graduação em Pedagogia/ UNEB, Especialista em Gestão e Coordenação Educacional e Psicopedagogia e Supervisão Escolar, Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea/ UCSAL, lucineew@bol.com.br.

em compreender e aceitar a inclusão, que suscitam a dificuldade da escola em exercer sua árdua função.

Essa dificuldade tem-se revelado com bastante força na Instituição Escolar, onde pouco se vê a presença da figura paterna no acompanhamento escolar do filho adolescente com deficiência, num período complexo de demarcação de identidade. Diante disso, é possível indagar: por que os pais de Jovens com deficiência têm pouca ou nenhuma aproximação, em participar da vida acadêmica de seu filho no ensino regular? A fim de responder tal questão, este estudo tem como base a abordagem do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner, a relação familiar de Donati, a deficiência no contexto familiar de Buscaglia e Lamb sobre o constructo paterno.

A pergunta que ora guia o estudo se cerca de complexidades no contexto e no tempo em que vivemos. Trata-se de uma questão que tem se articulado com a minha práxis e impacta, sobremaneira, no cotidiano escolar. Desta forma, compreende-se que o exercício educacional também faculta conjugar algo que se impõe como indivisível: família e escola.

Numa analogia às estratégias de guerra utilizadas em vários momentos da História, compara-se à família a uma trincheira, ao abrigo forjado para a proteção dentro da intensidade do conflito. Remonta à antiguidade, sempre ocorrendo quando um ou ambos os lados em conflito se encontram relativamente distante de suas fortificações/bases.

Entende-se que os adolescentes com deficiência estão rodeados por narrativas familiares. Na luta cotidiana pela sua sobrevivência, as famílias, inseridas em contínuos contextos de tendências econômicas e sociais relativas a atributos e valores, que assolam a sua dinâmica e estruturação, enfrentam um desafio incessante. Elas precisam redefinir papéis e funções que visem superar as dificuldades apresentadas nas suas condições objetivas de vida.

O autor Manuel Castells aponta os filhos como as principais vítimas dessa transição cultural, que passam a ser cada vez mais negligenciados nas atuais condições de crise familiar, seja pela precariedade das condições materiais das mulheres que ficam sobrecarregadas com seus filhos, seja por que elas em busca

da sobrevivência pessoal, começam a negligenciá-los da mesma forma que os homens.

Como destaca Donati (2011), deve-se recordar que “a família gera virtudes sociais, porque o caráter suprafuncional da família implica todo o coro de virtudes, pessoais e sociais”. Dentro desta visão se faz necessário, pensar a função do pai como provedor de cuidados e socialização primária, que precisa ter voz e ser visto no ambiente familiar como elemento contribuinte na educação do filho, e não só como provedor de recursos materiais.

Considera-se que tratar da paternidade associada à deficiência dentro do locus familiar, torna-se relevante porque é um campo de pesquisa importante para estudos sobre a relação família e escola, sobretudo porque o pai representa um elo na prevenção primária de possíveis problemas na socialização e projeto de vida do filho. Nas últimas décadas, diversos pesquisadores têm se debruçado sobre o impacto da participação paterna na criação dos filhos (CABRERA, 2013). Porém ainda é incipiente as investigações no campo do impacto da sua atuação no acompanhamento escolar do filho com deficiência.

Frequentemente são as mães que aparecem quando se fala de família, pois cada vez mais os lares estão sendo chefiados por mulheres, sejam elas representadas por mães, avós ou tias; e o pai, pouco se faz presente em termos de participação na vida do filho. Portanto, é importante investigar os efeitos da ação paterna e os modos significativos a ela relacionados.

Este estudo encontra-se estruturado da seguinte forma: primeiramente, discute-se sobre relação familiar, destacando a figura do pai no contexto de envolvimento com o filho com deficiência; em seguida, uma breve exposição acerca da concepção de inclusão no ambiente escolar, dando voz a partir da perspectiva teórica de Lamb (2010) sobre acessibilidade, interação e responsabilidade paterna; por fim, apresentam-se as considerações finais do tema discutido.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 NA PONTE DA TRINCHEIRA : as relações familiares

Nesta primeira seção trata-se basicamente das relações familiares e como esses aspectos repercutem na função paterna.

As transformações na família ocorridas especialmente no final do século XVII são significativas para a sociedade atual. “Não fazem apenas ao conceito e às estruturas familiares, mas a forma como cada um de seus membros desempenha o seu papel e se relaciona com os demais, sabendo-se que “as identidades dos cônjugues, dos pais e dos filhos se estruturam em constante relacionamento entre o interior e exterior da família” (DONATI, 2008, p. 138).

Mudanças profundas de ordem socioeconômica e cultural, na sociedade contemporânea atingem a ação da família. Segundo Leal e Moreira (2005) é possível destacar que, mesmo diante das sucessivas modificações ocorridas na estrutura familiar ao longo dos séculos e décadas, a família permanece como base da pessoa. O que está de acordo com Petrini (2003), que afirma que a família tanto vem se reorganizando quanto às influências externas reagindo as intempéries sociais como se adaptando a elas.

A família de matriz patriarcal historicamente estabelecida ao redor do pai, figura central que concentrava em suas mãos as decisões sobre sua vida, de sua mulher e dos filhos ali gerados, teve sua conjuntura substancialmente alterada com o declínio do colonialismo e do espírito ruralista, substituído pela conformação do homem cidadão. (FILGUEIRAS;PETRINI, 2010).

O pai, por exemplo, há muito tempo já não está disponível no papel que lhe foi tradicionalmente prescrito, mas na verdade se age como se ainda ele estivesse lá. Nesse sentido, o escopo passa a ser a presença do pai em sua função paterna, e se realmente esta, vem sendo representada pelo mesmo. Cerveny e Chaves (2010), destacam que o papel do pai na família contemporânea tem sido questionado, ou seja, o papel tradicional de provedor, paulatinamente se desloca para um mais afetivo.

De acordo com Palkovitz (2001), essa visão passa a ser estruturada principalmente na década de 1970, na qual a figura paterna deixa de ser o único provedor para o de mais um participante na renda familiar.

Nessa direção a Psicologia Social entende o sujeito como produtor e produzido socialmente; como um sujeito de necessidades que só se faz nas

relações que o satisfazem em relações que o determinam; um sujeito que emerge de uma trama de vínculos (a família) e relações sociais. Quiroga, (1998) destaca que este sujeito é essencialmente vincular e social, e portanto, sua subjetividade e sua conduta só podem ser compreendidas e analisadas em e através dos contextos nos quais ele interage.

Com isso, não se pode pensar o pai sem refletir no grupo familiar, seus vínculos e papéis. Como também não é possível pensar no papel do pai, sem pensar no grupo que inaugura tal papel, num do momento do ciclo da vida familiar, situado em um determinado tempo histórico e tipo de vida cotidiana. Quiroga, (1997, p. 20) coloca que a família é um complexo campo de forças no qual se interpenetram fenômenos tão distintos como os processos intrapsíquicos dos indivíduos que o integram e os aspectos mais amplos da cultura e dos interesses sociais.

Essa forma de compreender a família se identifica com a abordagem relacional de Donati (2008), porque esta abordagem redimensiona a compreensão de “relação”, aproximando-a da noção de vínculo da Psicologia Social, noção que aqui é utilizada para entender a paternidade e o lugar de pai na família.

2.2 AS ARMAS ESCONDIDAS QUE MINAM A RELAÇÃO DE PATERNIDADE

Nesta segunda seção, volta-se o olhar para os elementos bélicos, que desoportunizam a convivência salutar do pai no desenvolvimento e acompanhamento deste filho adolescente com deficiência.

Como destaca Donati (2008), deve-se recordar que “a família gera virtudes sociais porque o caráter suprafuncional da família implica todo o coro de virtudes, pessoais e sociais”. Dentro desta visão se faz necessário, pensar a função do pai como provedor de cuidados e socialização primária, que precisa ter voz e ser visto no ambiente familiar como elemento contribuinte na educação do filho, e não só como provedor de recursos materiais.

Conforme aponta Lamb, (2010), não se almeja que o pai desempenhe de modo igual às mães as tarefas condizentes ao cuidado dos filhos, e sim que ele

cuide, brinque, oriente e demonstre afeto pelos mesmos. Essa visão faz pensar que a função do pai se ampliou com o passar dos tempos.

Qual é o espaço dado pela mãe para atuação do pai?

O nascimento de um filho tem impacto na vida emocional, financeira e no dia a dia de seus progenitores e, também, na organização psíquica destes. A parentalidade possui especificidades e demandas de cuidados por toda a vida da prole, com as responsabilidades essenciais com a educação, a socialização e a proteção do subsistema filial. Estas atribuições provocam em pais e mães a vivência de sentimentos diversos, e se estes se deixarem tocar pela profundidade destas vivências poderão encontrar grandes possibilidades de transformação pessoal (DIAS, 2011).

Segundo Dias e Lopes (2003), é a partir de influências europeias que surge a concepção de que a mãe é a principal responsável pelo cuidado e felicidade/infelicidade dos filhos, que remonta ao final do século XVIII. Ainda assim, observa-se a força da tradição na postura da mãe quanto permitir ou possibilitar que o pai exerça sua função de pai. É no contexto dessas relações que ainda se pode dizer que ao nascer um bebê, simultaneamente nasce uma mãe. Porém, não um pai.

Lamb (2010), coloca que é em meio a este contexto de busca por novas posturas e atuações do papel paterno, bem como das tensões cotidianas que atravessam este processo – em nível pessoal, familiar, social e cultural, que se inscreve a perspectiva ou o conceito do novo pai, mais ativo e envolvido na educação e nos cuidados com os filhos.

Leite (1997) complementa que apesar de saber que alguns homens tendem a buscar efetivar a sua função paterna, ainda predomina, na sociedade, a ideia de que a criança ou o adolescente permanece melhor com a mãe, o que significa dizer que a maioria das famílias monoparentais consecutivas ao divórcio ou a separação judicial são formadas por mulheres chefes de família.

De acordo com Lamb et al. (2010), são três os componentes de envolvimento paterno que caracterizam o pai contemporâneo: interação, acessibilidade e responsabilidade. A interação diz respeito ao tempo passado em interação efetiva

com a criança. A acessibilidade implica em o pai em estar disponível para a criança mais do que interação direta com ela. A responsabilidade traz consigo a noção de tomar as medidas necessárias para assegurar os cuidados da criança em termos de saúde global.

Por sua vez, o que se percebe fazendo um link com a teoria de Lamb sobre responsabilidade, interação e cuidado, é que no Brasil, essas características ganham um caráter diverso e peculiar a cada relação familiar e conseqüentemente no engajamento paterno, variando amplamente com a condição socioeconômica.

Com isso, pode-se dizer que uma importante forma de responsabilidade paterna é o suporte financeiro, tanto para pais que residem ou não com seus filhos. Caracterizando-se também pela presença e a disponibilidade paterna tanto física como psicológica, assim como pela experiência paterna no contanto direto, no cuidado e envolvimento com os filhos, principalmente na vida escolar.

O enlutamento paterno à deficiência do filho

Muitas pessoas não estão preparadas para filhos que apresentam necessidades desconhecidas. Como bem coloca o autor Solomon (2013), as deficiências manifestas afrontam o orgulho dos pais e sua necessidade de privacidade, todos podem ver que aquele ser não é o que queriam, e eles deverão aceitar a piedade do mundo, ou insistir em seu próprio orgulho. Por outro lado, sem a aceitação familiar e social o indivíduo com deficiência não pode amenizar as injustiças implacáveis a que muitos grupos horizontais estão sujeitos.

Os padrões de força, eficácia, beleza e perfeição são valorizados na sociedade. Quando os progenitores esperam uma criança, desejam que ela seja eficiente e tenha saúde. O filho com deficiência os faz rever projetos, ressignificar sonhos que foram interrompidos pelos obstáculos das imperfeições e dos limites. É uma realidade difícil e adaptar-se pode ser um processo longo e bastante dolorido (PANIAGUA, 2003).

A presença de um filho com deficiência congênita ou adquirida pode alterar rotinas e estilos de vida por ser um acontecimento surpreendente. Também pode ser percebido como fato traumático, confuso, sofrido e provocar conflitos internos e

desenvolver sentimentos semelhantes aos vivenciados em um processo de luto (PALÁCIOS, 2004).

O processo de luto é normal e esperado para elaboração de alguma perda seja objetiva ou subjetiva, proporcionando ao indivíduo a reconstrução de recursos e adaptação às mudanças impostas pela ruptura. (CASTELLATO, 2005).

Buscaglia (2006) apresenta algumas reações vivenciadas pelos progenitores, entre elas: a negação da deficiência; enfrentar rapidamente a realidade; lamentar-se com autopiedade; ações de ambivalência, ora, motivando-os, ora boicotando suas potencialidades; possuir padrões de mútua dependência, não identificação de seus rostos nos filhos, não os reconhecendo como pertencente à família. Outros podem buscar na espiritualidade o entendimento de castigo, cura, conforto ou compensação; anular-se, frustrar-se ou deprimir-se, ajustando-se com a aceitação da condição de deficiência.

Neste momento, a mãe e o pai precisam definir papéis, quem se responsabilizará pelos cuidados, se assumirão ou serão omissos diante deste acontecimento. Alguns progenitores, nesta ocasião, não suportam e abandonam seus filhos em instituições, não conseguem manter uma qualidade de vida saudável, apresentam conflitos conjugais, podem encontrar dificuldade em manter lazer e amizades (Palácios, 2004).

No filme Extraordinário é visível a luta traduzida nos caminhos percorridos por essas famílias: a aceitação e a introdução desse indivíduo na sociedade.

Os pais projetam uma criança em suas mentes e, desde o princípio da gravidez, fantasiam sobre o sexo do bebê, o desempenho na escola, a carreira e a orientação sexual que irão ter. O lugar da criança na família é determinado pelas expectativas que os progenitores têm sobre ela. Para Amiralian (1986), a decisão de ter um filho se relaciona diretamente com a realização de desejos dos pais, das suas necessidades e com as gratificações e recompensas que a criança poderá lhes trazer.

Segundo Silva e Dessen (2001), a família passa por um processo de superação até que aceite a criança com deficiência e institua um ambiente familiar propício para a inclusão dessa criança. Buscaglia (1997) destaca que, mesmo depois do impacto inicial, a presença de uma criança deficiente exige que o sistema

se organize para atender as necessidades excepcionais. Esse processo pode durar dias, meses ou anos e mudar o estilo de vida da família, seus valores e papéis. A flexibilidade com que a família irá lidar com a situação depende das experiências prévias, aprendizado e personalidade dos seus membros.

Trata-se de um luto pela perda da fantasia do filho perfeito, da criança sadia. Alguns projetos e expectativas são desfeitos por conta da nova realidade, e a aceitação de um filho com deficiência exige uma reorganização dos valores e objetivos da família (Amiralian, 1986). Os planos da família são geralmente postergados com o nascimento de uma criança, e alguns sacrifícios do casal são transitórios, mas, quando a criança nasce com deficiência, esse adiamento pode se prolongar (Núñez, 2003).

No entanto, a influência das relações familiares é clara em famílias com filhos deficientes, pois se trata de uma experiência inesperada, de mudança de planos e expectativas dos pais.

O psicanalista Winnicott disse certa vez, que um bebê não pode existir sozinho, mas é essencialmente parte de uma relação. Portanto, pais cujas expectativas são desviadas por filhos com identidades horizontais precisam de resiliência para reescrever seu futuro sem amargura. SOLOMON (2013).

2.3 TEMPOS ENTRECruzADOS NA BATALHA: entre a escola e o envolvimento paterno

A terceira seção toma como referência teórica o pensamento de Lamb (2008), e Bronfenbrenner (2010) associando a dimensão paternidade com a vida escolar e o desenvolvimento do filho adolescente.

As redes de obrigações que se estabelecem em alguns casos, expressam o conflito entre a conjugabilidade e a paternidade. É justamente esse deslocamento, instabilidade ou ajustamento do novo contexto familiar que irá chegar até o processo de escolarização dos filhos. Em muitos casos, a dificuldade de unidade entre os pais sobre o acompanhamento do filho com deficiência torna-se uma batalha.

Importante considerar que, seres de relação que somos, dependemos das relações com os pares mais experientes, como nos ensina Vygotsky, para que

desenvolvamos nosso próprio conhecimento. Muitos dos cuidados cobrados à família dependem destes aprendizados e, se os mesmos não foram construídos ao longo da história dos sujeitos que compõem a família, fazem-se necessários espaços que possibilitem estes aprendizados.

De acordo com as autoras Sá e Rabinovich (2016) a família é considerada a célula fundamental da sociedade e lócus privilegiado de desenvolvimento humano. Nela são geradas novas vidas, formando-se vínculos, vivenciam-se experiências únicas, em geral duradouras, como a paternidade, filiação, a fraternidade.

Além disso, a família representa a primeira instância educacional do ser humano, sendo assim, algumas responsabilidades lhes são convencionalmente estabelecidas no seio das sociedades às quais estão inseridas. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Constituição de 1988, a LDB de 1996 tratam de aspectos semelhantes quanto ao papel da família no crescimento e desenvolvimento de seus filhos, no que se refere à garantia da escolarização; da criação direcionada à cidadania e dignidade; do carinho, proteção e afeto. Dessa forma, o papel da família é essencial ao desenvolvimento do sujeito, sua adaptação e sua inclusão no mundo social.

Mas, quando se trata de um filho com Deficiência, muitas dúvidas emergem para os familiares, isto também pode acontecer por vários motivos, dentre eles o desconhecimento sobre a deficiência e o tipo de educação a oferecer.

Desse modo, é papel da escola buscar estratégias que induzam as famílias a compreender a importância da escolarização dos filhos, e de informá-las inclusive da obrigatoriedade desta função. Depois a complexidade é ainda maior, quando o jovem já está incluído, pois caberá à escola desenvolver estratégias de aproximação com a família no sentido de estabelecer laços de parceria com a mesma e que as oriente na educação de seus filhos.

No entanto, muitos pais não acreditam que um filho com deficiência tenha a capacidade de se desenvolver e possa se adaptar ao sistema regular de ensino. A maioria das famílias têm baixas expectativas com relação ao aprendizado desses sujeitos, porque são relações concretizadas no espaço familiar.

Fontes et al (2007, p. 84) corrobora afirmando que independente das características inatas do indivíduo pode ser mais ou menos acentuada conforme os

apoios ou suportes recebidos em seu ambiente. Em outras palavras, neste modelo a compreensão da deficiência mental tem por base o desenvolvimento da pessoa, as relações que estabelece e os apoios que recebe [...] não mais apenas critérios quantitativos pautados no coeficiente de inteligência.

Considerando-se a relação família, escola e a relação com o adolescente é preciso enfatizar que o desenvolvimento humano é influenciado pelos diferentes ambientes onde a pessoa convive. De acordo com Bronfenbrenner (1996, p.18), o desenvolvimento humano envolve a acomodação progressiva, mútua, entre um ser humano e os elementos mutantes dos ambientes em que convive.

Nesse viés, o Processo deve ser visto como o ponto fundamental do desenvolvimento, abrangendo as experiências vividas, interpretações e significados internalizados. Para que o processo ocorra é necessário que o indivíduo em desenvolvimento esteja engajado, a interação ocorra em uma base regular de tempo, as atividades serem progressivamente mais complexas, exista reciprocidade na relação e que os objetos e símbolos presentes no ambiente imediato, devem ser significantes para que ocorra a interação recíproca, estimulando a atenção, exploração, manipulação e a imaginação da pessoa em desenvolvimento (KOLLER, 2004).

Adentrando nesta interlocução, na luta cotidiana pela sobrevivência, as famílias e a escola, inseridas em contínuos contextos de transformações e inserções que assolam as suas dinâmicas e estruturação, enfrentam um desafio incessante. Elas necessitam redefinir estratégias no enfrentamento de obstáculos, para o desenvolvimento humano das suas condições objetivas.

Nessa direção um ponto que precisa ser considerado, é a diferença quanto os papéis e as influências das relações interpessoais exercidos pelos jovens na fase da adolescência. É possível considerar, que os motivos que levam os adolescentes às suas práticas atitudinais podem ser flutuantes de acordo com os atributos da pessoa, variando de acordo com suas relações interpessoais, os papéis e as atividades nas quais eles estão engajados e também com a variação do contexto no qual estão inseridos.

Na adolescência, a família continua a ser considerada o principal microsistema do desenvolvimento, pois nela acontecem as interações mais diretas

e as experiências mais significativas para a pessoa. Reconhecida na sua complexidade, a família é responsável por conduzir o adolescente à compreensão de conceitos e valores básicos, ao engajamento na realização de tarefas e papéis sociais cada vez mais diversificados e complexos, e ao desenvolvimento de competências sociais.

Durante a adolescência, a família e a escola representam os contextos fundamentais que promovem a socialização das novas gerações às normas sociais. As interações no cotidiano da vida familiar e escolar, isto é, os processos proximais, continuam particularmente importantes, sobretudo no engajamento em práticas educativas e nos processos de comunicação, tais como diálogos, negociações e trocas de argumentos e de opiniões.

Entretanto, o funcionamento interno do microsistema familiar, ou seja, o seu desenvolvimento, bem-estar e clima emocional, recebe influências também de outros contextos em que os familiares vivem e crescem. À medida que o adolescente passa a participar de outros microsistemas, formar e ampliar sua rede de relações interpessoais torna-se evidente a formação de novas relações e influências interdependentes entre a família, o adolescente e os demais contextos de interações proximais que faz parte do mesossistema.

Nessa tarefa, deve-se perseguir o que Donati denomina de “ genoma familiar”, a estrutura latente que identifica o vínculo familiar dentre a pluralidade de vínculos. Cita o dom e a reciprocidade elementos do genoma familiar.

Toma-se por dom a abertura ao outro, em uma vivência de doação. A família, assim, pressupõe que a convivência seja gratuita, em prática verdadeiramente altruística.

Por sua vez, a reciprocidade consiste numa doação dialógica. A gratuidade da vida em família deve alcançar a todos os seus integrantes. Afinal, se a doação é experimentada por apenas uma ou por determinadas pessoas do grupo, a família não alcançará a conjuntura que lhe é peculiar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família segundo Lipovetsky (2004) é desafiada no cotidiano de suas relações, não perder do seu horizonte, o espaço de convivência que possibilita o encontro com o outro/a, a construção de vínculos duradouros que se estendem no tempo, o compartilhar de dificuldades e a convergência de desejos. Na compreensão de Donati (2008), é a família um organismo capaz de oferecer bens relacionais. Esses bens são garantidos a partir da convivência e por vinculações afetivas e solidárias.

Este estudo ressalta, que o envolvimento do pai que tem um filho com deficiência é decisiva no processo de inclusão e bem-estar para o sujeito em formação, principalmente em relação à adolescência, fase de construção de identidade e questionamentos. Dessa maneira, o conhecimento sobre a deficiência pela família e o apoio paterno oportuniza suporte recíproco para o fortalecimento da personalidade do jovem e de uma visão mais positiva sobre a deficiência.

Não importa quais as configurações familiares o adolescente pertença. O que de fato interessa é que o pai seja estimulado também a dialogar com a escola no processo de escolarização, e intervenção para o desenvolvimento do filho, que esse papel não seja atribuído ou oportunizado somente para a figura materna.

Desse modo pode-se concluir também, que os pais do século XXI estão mais envolvidos com os filhos, no cuidado e colaboração, apesar dos fatores socioeconômicos e os vínculos mais individualistas causarem instabilidade nas relações familiares, gerando desgastes emocionais e o sentimento de incapacidade do ser pai.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, M.L.T.M. **Psicologia do Excepcional**. São Paulo: EPU, 1986.

BRONFENBRENNER, U. **BIOECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**: tornando os seres humanos mais humanos. Trad. BARRETO, A. C. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BUSCAGLIA, L. **Os Deficientes e seus Pais**. Trad. Raquel Mendes. 3^a ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CABRERA, N. J. TAMIS LE-MONDA, C. S., LAMBB, M., E., BOLLER, K. Measuring Father Involvement In: **The Early Start Evaluation : A Mutidimensional Conceptualization, paper presented in National Conference about Health** September, 1999.

CASTELLS, Manuel, **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Vol. 2. págs. 169-278.

DIAS, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica: o processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 139-156.

DONATI, P. **Família no século XXI**: abordagem relacional. São Paulo: Paulinas, 2008.

FILGUEIRA, S. (1987). O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível do social. Em S. Figueira (Org.), **Uma nova família** (pp. 11-30). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

KOLLER, S. H. (org.) **ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**: Pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LAMB, M. **O papel do Pai em Mudança**. Análise Psicológica, 1 (x), 19-34,1992. In: MOREIRA, L. V.C. (Org.)Curitiba, CRV, 1985.

LIPOVETSKY, G.; CHARLES,S. **Os tempos hipermodernos**. Trad. Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MOREIRA, L. V.C. **Concepções e práticas de pais sobre a educação de filhos**.198 f.Tese (Doutorado), Programa Pós Graduação em Psicologia., Faculdade de FILOSOFIA, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

NÚÑEZ, B. La Familia con un Hijo con Discapacidad: sus Conflictos Vinculares. **Archives Argentinian of Peditry**, Buenos Aires: Sociedad Argentina de Pediatria, 101(2), pp. 133-42, 2003.

PALÁCIOS, J. (2004). Mudança e desenvolvimento durante a idade adulta e a velhice. In C. Coll., A. Marchesi., & J. Palácios. (Eds.), **Desenvolvimento psicológico e educação - Psicologia evolutiva** (pp. 371-388). Porto Alegre: Artmed.

PANIAGUA, G. (2003). A família de crianças com necessidades educativas especiais. In A. M. C. Souza (Ed.). **A criança especial: temas médicos, educativos e sociais** (p. 330-346). São Paulo: Roca.

PETRINI, J.C. Introdução. In: MOREIRA, L.V.C; PETRINI, G; BARBOSA, F. B. **O Pai na Sociedade Contemporânea**. São Paulo: EDUSC: 2010.

QUIROGA, A.P.de. **Enfoques y perspectivas em psicologia social**: desarrollos a partir Del pensamiento de Enrique Picon- Rivière. Buenos Ayres: Cinco.

SÁ, S.M.P, RABINOVICH.E.P. **Relações Fraternas na Família**. In: Relações Familiares. MOREIRA. L.V.C. (Org.). Curitiba, CRV, 2016.

SOLOMON, A. **Longe da árvore: pais, filhos e a busca da identidade**/ Andrew Solomon. Trad. DONALDSON. M. ARAÚJO. L; 1ª edição. São Paulo. Companhia das Letras, 2013.